

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Curso C-PEM/92

Partido -

Solução do P-III-8 (EN) ENSAIO

Apresentada por

.....
JOSÉ ANTÔNIO DE CASTRO LEAL.....
CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

19.92.....

Leal, José Antônio de Castro, 1946.

A análise política moderna de Robert Alan Dahl. - Rio de Janeiro : EGN, 1992.

12 fl. -

Bibliografia: p. G-1 e G-2

Ensaio: C-PEM, 1992.

1. Ciência política. 2. Análise política. I. Brasil, Escola de Guerra Naval. II. Título.

EXTRATO

Apresenta os principais conceitos formulados por Robert Alan Dahl em sua obra "Modern Political Analysis". Em seqüência, detalha suas idéias sobre o processo de análise política, o papel da influência nos sistemas políticos, o conceito de poliarquia, o comportamento político das pessoas e as avaliações e decisões políticas.

Detalha, em anexos, as mais singulares formulações citadas no texto.

Conclui destacando, no pensamento de Robert Dahl, a adequada estruturação para a condução da análise política; a caracterização da influência como distinguidora do sistema político; a valorização das variáveis sociais e a racionalização dos conflitos políticos, vinculadas ao conceito de poliarquia; o entendimento sobre a participação das pessoas nos sistemas políticos; e a abordagem superficial no trato das avaliações e decisões políticas.



GN-00010121-1

Escola de Guerra Naval. II. Título. I. Ciência política. 2. Análise política. I. Brasil. Ensaio: C-FEM. 1992. Bibliografias: p. G-1 e G-2. 12 fl. - de Janeiro: FGM, 1992. A análise política moderna de José Antonio de

EXTRATO

Apresenta os principais conceitos formulados por Robert Alan Dahl em sua obra "Modern Political Analysis". Em essência, detinha suas ideias sobre o processo de análise política, o papel da influência nos sistemas políticos, o conceito de polarização, o comportamento político das pessoas e as avaliações e decisões políticas.

Detalha, em anexos, as mais singulares formulações citadas no texto.

Conclui destacando, no pensamento de Robert Dahl, a adequada estruturação para a condução da análise política; a caracterização da influência como diferenciadora do sistema político; a valorização das variáveis sociais e racionalizações dos conflitos

Prezado Leitor

Ao retirar o material bibliográfico, você se torna responsável por ele. Esperamos que faça bom uso e que tenha cuidado, pois se houver qualquer dano ou extravio do mesmo, você será o responsável pela reposição.



- . Tema : A análise política moderna de R. A. Dahl
- . Título : A ANÁLISE POLÍTICA MODERNA DE ROBERT ALAN DAHL
- . Tópicos a abordar : - A análise política
- A influência nos sistemas políticos
- O conceito de poliarquia
- O homem político
- As avaliações e decisões políticas
- . Proposição : Expor os principais conceitos formulados por Robert Alan Dahl, a partir de sua obra "Modern Political Analysis", de forma a sintetizar seu pensamento relativo à análise política e criticá-lo em seus pontos mais distintos.

A ANÁLISE POLÍTICA MODERNA DE ROBERT ALAN DAHL

"...nunca houve ninguém com bastante conhecimento para contribuir com mais do que uma pequena fração do que sabemos sobre política."

Robert Dahl (8:1)

A linha tradicional de estudo da Ciência Política, vigente desde a Antiguidade, concentrava-se em pesquisar - primeiro a Comunidade, depois o Estado e após o Poder - sempre com a finalidade de prescrever soluções para os mais relevantes problemas políticos. No século XX, década dos 30, surgiu predominantemente nos Estados Unidos da América (EUA), com caráter contestador e a partir de modernas técnicas científicas, uma nova linha de pensamento. Motivada pelo conhecimento empírico, ela defendia a existência de uma teoria política voltada para a explicação sistemática e causal dos fenômenos políticos (16:267).

Estabeleceu-se, à época, um revolucionário confronto intelectual entre os ditos tradicionalistas/prescritivos e os adeptos do "behaviorism"/análise do comportamento. Foi nesse ambiente que Robert Alan Dahl iniciou sua carreira de cientista político, em 1946 (ver dados biográficos no Anexo A). Trazendo relevantes contribuições ao campo da teoria, ele identificou-se com a análise do comportamento e, a partir de uma compreensão moderna e sociológica do Poder (15:5), tornou-se um dos expoentes da visão democrática pluralista (18:3).

Na década dos 60, quando a linha do "behaviorism" já tinha se incorporado à Ciência Política, foi publicada sua

obra "Modern Political Analysis", cujos principais conceitos serão objeto deste ensaio, tendo como referência básica, porém de modo não exclusivo, a terceira edição. Em sequência, examinar-se-á suas idéias sobre a análise política, a influência nos sistemas políticos, o conceito de poliarquia, o homem político e as avaliações e decisões políticas.

A análise política.

Robert Dahl justifica a análise política como um moderno instrumento que auxilia a compreender o mundo em que se vive, a fazer escolhas mais inteligentes entre opções a enfrentar e a influenciar as transformações inerentes aos sistemas políticos (12:12). Estabelece quatro orientações para a sua condução, de forma muito didática:

- análise semântica: definindo termos e afirmativas relacionados à Ciência Política, firma uma base conceitual de entendimento, em apoio às demais análises;

- análise empírica: descobrindo as relações entre os elementos do mundo real, pesquisa "o que é"; consistindo em um misto de ciência e arte, reduz as incertezas inerentes à vida política, apresentando proposições que, em princípio, podem ser confirmadas ou refutadas pela experiência;

- análise normativa: identificando critérios para avaliar opções políticas, visa estabelecer "o que deve ser"; baseando-se ordinariamente em um conjunto de crenças empíricas bastante elaborado, torna-se bem evidente nos campos da ética e da filosofia política; e,

- análise das políticas: evidenciando como evoluir "do

que é" para "o que deve ser", focaliza as opções políticas e suas conseqüências, à luz dos objetivos visados; requer a participação das análises empírica e normativa.

Uma análise política completa e moderna, defende apropriadamente Robert Dahl, envolve todas as quatro orientações, sendo conveniente que o analista explicithe seu enfoque. Com isso em mente, ele formula seis questões políticas fundamentais, que permeariam as preocupações de todos os grandes pensadores políticos através dos tempos, e as analisa metodicamente, ao longo do livro em pauta. O Anexo B apresenta essas questões e a respectiva orientação adotada.

A influência nos sistemas políticos.

Assumindo uma abordagem sistematológica, para fins analíticos, é colocado que as relações humanas se processam em um sistema social, de caráter inclusivo, composto por diversos subsistemas. Um deles, por exemplo, é o econômico, que se refere à utilização de recursos e compreende modalidades como capitalismo e socialismo. Outro é o subsistema político propriamente dito, que está relacionado ao poder, ao governo e à autoridade e apresenta variações como a democracia e a ditadura. De maneira similar a todos os demais subsistemas, com os quais aliás pode possuir interseções, o político admite ser tratado como um sistema em si mesmo.

A partir de conceituações formuladas por Aristóteles, Max Weber e Harold Laswell, Robert Dahl elabora então sua definição de **sistema político** como sendo toda estrutura persistente de relações humanas que envolva controle, in-

fluência, poder ou autoridade, em medida significativa (12:3). Coerentemente com seu modelo de análise semântica, Robert Dahl se preocupa em definir influência, como sinônimo de poder, e adota uma abordagem causal, tão ao gosto do "behaviorism". Ou seja, admite influência como uma relação entre atores tal que os desejos, preferências ou intenções de um ou mais atores afetam a conduta, ou a disposição de agir, de um ou mais atores distintos (12:30). Faz aí uma correta caracterização, ao ressaltar que ela pode se manifestar de forma implícita ou explícita e possuir domínio e escopo específicos. E ainda preciso na apresentação das formas de influência, que se estendem do controle por treinamento à coerção física, passando pela persuasão racional - moralmente admissível - e pela manipulação - forma de persuasão sempre condenada, porém largamente empregada.

Movendo-se para uma análise empírica, Robert Dahl busca encontrar regularidades entre os diversos sistemas políticos. Cabe destacar o reconhecimento de que em todos ocorre uma busca por influência política, a qual sempre se distribui desigualmente. Nesse aspecto, é bem indicado que pode se configurar um processo de realimentação cumulativa, em que os que têm mais recursos políticos alcançam maior influência, usando-a para obter ainda mais recursos. Comum aos sistemas políticos é também apontado o princípio de que autoridade é a influência legítima, o que contribui para o desenvolvimento das ideologias, posto que essas podem conceder respaldo à transformação de influência política em autoridade (7:66). Por fim, é confirmado o impacto mútuo entre diferentes

sistemas políticos, ficando suas fronteiras delimitadas onde ocorrer uma marcante transição no exercício da influência.

O conceito de poliarquia.

Pode-se apreciar que até esse ponto Robert Dahl vem estruturando sua análise em torno do conceito de influência política e de como ela se insere nos diversos sistemas políticos. Continuando com enfoque empírico, ele acentua que a análise política moderna se situa em nova fase do conhecimento humano - uma explosão informativa, com forte dose de empirismo - que abre inéditas oportunidades para a compreensão das semelhanças e diferenças dos sistemas políticos. Em consequência, vem ocorrendo uma inundação de tipologias, ou seja, propostas de classificação de sistemas políticos. Considerando que não existe uma tipologia preferencial, indica como mais útil aquela que melhor elucidar os aspectos em que se estiver interessado. É exatamente dentro dessa ótica que apresenta sua tipologia, fundamentada em dados colhidos em um seu estudo de caso, elaborado ao final da década dos 50, sobre a distribuição de influência política em New Haven, Connecticut, EUA, então uma comunidade de cento e cinquenta mil habitantes.

Para Robert Dahl, o termo democracia é usado para denominar um ideal não atingido e talvez inatingível (12:81). Assim, estabelece dois conceitos extremos, hegemonia e poliarquia, delimitativos de uma extensa gradação de regimes intermediários. A hegemonia, por corresponder basicamente à ditadura, não recebe análise profunda, ficando caracterizada,

no seu extremo mais fechado, pela negação do sufrágio e supressão dos oponentes. Quanto à **poliarquia** - governo de muitos - Robert Dahl a define como o regime político onde o sufrágio é amplo e existe proteção relativamente eficaz das liberdades e oportunidades individuais (12:81). Em sua obra "Um Prefácio à Teoria Democrática" ele detalha esse seu conceito e até tenta lhe dar atributos quantitativos, como pode ser visto no Anexo C. As diferenças mais relevantes entre hegemonia e poliarquia são apontadas em relação à influência política, como resumido no Anexo D.

Em termos práticos, a poliarquia se constituiria no sistema político em que o consentimento cederia preferência ao consenso. A influência política se distribuiria de forma não cumulativa, inibindo qualquer predominância, inclusive a concedida pelos recursos econômicos; ela existiria dispersa, fragmentada e difusa em diferentes grupos, gerando efeitos compensatórios na ação política. Isso Robert Dahl observou no seu estudo de caso, levando-o à convicção de que todos poderiam ter oportunidades de participar das decisões políticas, individual ou coletivamente, e a elas se chegaria por acordos, a serem executados pelo governo.

O regime poliárquico, portanto, por seus próprios mecanismos, está vinculado à solução pacífica dos problemas políticos. Tal não inibiria a ocorrência de conflitos, pelo contrário. Conforme detalhado no Anexo E, eles se fariam muito presentes, porém sua intensidade seria mínima, em oposição ao que acontece nas hegemonias. Essa abordagem merece especial atenção pois auxilia a entender a

proliferação de reivindicações que parece ocorrer quando se evolue no sentido democrático, com um natural acréscimo de grupos partícipes. A "embriaguez democrática", observada no Brasil ao final da década dos 80, pode ter boa parte de sua explicação nesse fenômeno.

Robert Dahl relaciona como um dos problemas mais difíceis e urgentes do mundo contemporâneo a identificação do processo que leva à transformação de poliarquias em hegemônias e vice-versa (12:81). Ele não julga como certo que uma evolução histórica inexorável conduza à formação de poliarquias. Em um dos aspectos mais interessantes e atuais de sua análise, preconiza que o desenvolvimento dos países pode aumentar a probabilidade de se consolidar uma poliarquia e de se obter soluções pacíficas para as controvérsias. Em conseqüência, advoga a adoção de medidas governamentais para eliminação das desigualdades cumulativas, tanto buscando a diminuição dos graus de desigualdade na distribuição dos recursos políticos como visando a dispersão das desigualdades subsistentes. Entre as medidas, destaca a expansão das oportunidades de educação, a redistribuição de terras e a reforma tributária. A teoria da poliarquia indica, assim, a prioridade que os cientistas políticos devem conceder às variáveis sociais (14:83).

Note-se, contudo, que o próprio Robert Dahl afirma: "A teoria da poliarquia, uma ordenação inadequada, incompleta e primitiva do repositório comum de conhecimentos sobre a democracia, é formulada na convicção de que, em alguma dimensão entre o caos e a tautologia, podemos, no futuro, construir

uma teoria satisfatória sobre a igualdade política" (14:84).

O homem político.

Toda a teorização até aqui apresentada se baseia, corretamente, em que o ser humano, como animal social, não pode viver em comum sem manter relações de influência. Sendo assim inevitável o sistema político, as pessoas podem optar por qualquer uma das seguintes atitudes:

- o extrato apolítico, ausente de todos os processos políticos, inclusive o voto (realidade válida nos EUA, onde não é obrigatório), por desinteresse, descrença, desconfiança, senso de inutilidade, etc;

- o extrato político, o homem cívico, que se engaja na atividade política, valendo-se de seus recursos políticos - do voto à participação em atos partidários - para atingir seus objetivos;

- os que buscam o poder, o homem político, que têm suas motivações centradas na procura do bem comum ou na busca, consciente ou inconsciente, de seus próprios interesses e usam seus recursos para tentar influenciar as escolhas do homem cívico; e,

- os poderosos, o homem político que obtém sucesso face à eficaz aplicação de seus recursos políticos.

Concentrando-se no homem político, Robert Dahl distingue primeiramente o homem democrático e o despótico. Afirma que desde a Antiguidade cogita-se de especificar a personalidade ou caráter que é especialmente adaptado, ou inadaptado, para o funcionamento de um tipo de governo. Faltando dados empíri-

cos que confirmem essa hipótese, a conexão entre a personalidade e a conduta política explícita permanece complexa, obscura e aparentemente imprecisa. Admite, no entanto, que a personalidade e o caráter contribuem menos que a cultura política para a modelagem do homem democrático ou despótico.

Diferencia também Robert Dahl o negociador do agitador, colocando ambos como importantes nos governos poliárquicos, o primeiro como incentivador de soluções pacíficas e o segundo como cooperador para soluções melhores e mais abrangentes. As curiosas e quase dicotômicas caracterizações desses homens políticos, detalhadas no Anexo F, podem ser claramente visualizadas nas caricaturas brasileiras do "político mineiro" e do "político reacionário".

Em síntese, Robert Dahl considera, muito apropriadamente, que não há um modelo de homem político. Suas características concretas parecem variar amplamente em distintas culturas, épocas, situações e sistemas políticos.

Avaliações e decisões políticas.

As últimas proposições de Robert Dahl dizem respeito à análise normativa e à análise das políticas.

A participação na vida política implica necessariamente em ação política. Essa se constitui em um processo de tomada de decisões que se desenvolve com base em avaliações (12:128), elaboradas à luz das opções disponíveis e de suas prováveis conseqüências. Política, diz Robert Dahl, é um caminho para a melhor opção que se pode conseguir, ao custo que se está disposto a pagar, e implica tanto em análise

empírica como em análise normativa (12:140).

Reconhecendo que o conhecimento empírico adquirível pode ser inferior ao nível de confiança desejável para fundamentar uma ação política, ele admite o valor da discussão racional de princípios morais. Assim, concede à análise normativa o papel de elucidação, ou seja, de ferramenta auxiliar na compreensão dos fundamentos da conduta humana, dos princípios que a regem e da natureza das opções a enfrentar. E mais, de importante ajuda na identificação da melhor opção, provendo o porquê de ser a melhor.

Avalia Robert Dahl que somente estratégias de investigação podem trazer qualidade às decisões políticas, a serem tomadas em ambiente de incertezas, quanto a fatos e crenças. A estratégia da ciência pura, ao se ocupar exclusivamente da validade de elementos fatuais, em trato empírico, é criticada por abandonar o problema dos valores e por sofrer das dificuldades de se medir ou quantificar os fenômenos políticos, mesmo em escala ordinal. Por outro lado, a estratégia holística tem destacada sua limitação, por defender a conveniência de buscas completas por uma resposta racional, antes de se fazer uma escolha. Ora, as restrições do conhecimento humano obrigam a decisões no meio de incertezas, ou nunca se chegará a uma decisão. Para ambas essas estratégias, vale a afirmação de Robert Dahl de que a única certeza em política é que não se conseguirá eliminar a incerteza.

Ele aponta, então, de modo bastante sucinto, duas variações: a estratégia da racionalidade limitada, que buscaria a solução satisfatória ao invés da perfeita, por meio de

ações graduais; e, a estratégia experimental, que se consolidaria em tentativas controladas de implantar opções políticas, conduzidas em comunidades restritas. Ao final, reconhece que nenhuma das estratégias apontadas pode garantir que se descubra a melhor opção. E conclui afirmando: "Em suma, é necessário que haja uma busca criativa, orientada pela intuição de que podemos encontrar um universo de opções melhores (e piores) entre o ideal inatingível e a mediocridade tantas vezes frequentada pela política" (8:120).

Uma crítica final.

Robert Alan Dahl é autor bastante citado em obras de Ciência Política, fruto em especial do seu estudo de caso, que se tornou uma espécie de modelo de investigação (6:528). E, reconhecidamente, um competente teórico.

A obra "Modern Political Analysis" é um bem elaborado trabalho, com persistente concatenação lógica e cujo conteúdo está coerente com o objetivo manifesto de apenas prover conceitos básicos, idéias e instrumentos analíticos, visando facilitar a análise da política (12:xii).

Alguns cientistas políticos incluem Robert Dahl na sua crítica às formulações baseadas em empirismo abstrato, afastado da realidade e do conteúdo sócio-econômico (18:172). Outros afirmam ser sua idéia de poliarquia tão somente uma descrição (6:529). É fato que nenhum sistema jamais atendeu completamente seus postulados (15:13).

Para bem examinar sua obra, seria preciso um apreciável conhecimento de análise política, sobre as mais diversas

linhas de pensamento. No entanto, o estudo realizado permite, mesmo a um leigo, apresentar os seguintes comentários conclusivos:

- sua estruturação de análise política junta adequadamente as linhas de pensamento tradicional e moderna, delineando uma aproximação equilibrada, abrangente e útil;

- seu enfoque sobre influência, como o elemento distintivo do sistema político, segue as linhas básicas do estudo do Poder, ora adotadas pela Ciência Política;

- seu conceito de poliarquia, sabidamente teórico, possui limitações ao se basear em estudo de caso muito particular; merece especial atenção, porém, por destacar a importância das variáveis sociais e por explicar a maior incidência de conflitos políticos, ao se evoluir para soluções de consenso no trato dos problemas políticos;

- seu entendimento sobre a participação das pessoas nos sistemas políticos é bem formulado e concede base para modelos mais complexos; e

- sua abordagem relativa às avaliações e estratégias para a tomada de decisões políticas é bastante superficial, tendo recebido um tratamento menos prioritário em sua obra, mercê talvez de sua formação voltada para o empirismo.

Requer ainda destaque, por fim, a maneira clara e didática com que as idéias são expostas por Robert Dahl na obra "Modern Political Analysis", o que o exclui de sua própria crítica quanto ao caráter vago, pouco nítido e ambíguo da linguagem da política e da análise política (11:42).

ANEXO A

DADOS BIOGRAFICOS DE ROBERT A. DAHL

a) Dados pessoais

Nome - Robert Alan Dahl.
Nascimento - 17 de dezembro de 1915, Inwood, Iowa, EUA.
Educação - graduação em Artes, Universidade de Washington, Seattle, em 1936;
- pós graduação, Universidade de Yale, 1940.

b) Carreira

- instrutor, Universidade de Yale, 1946-47;
- professor assistente, Universidade de Yale, 1948-52;
- professor associado, Universidade de Yale, 1953-57;
- palestrante na Universidade de Chicago, 1954;
- professor, Ford Research, 1957
- professor de Ciência Política, Eugene Meyer, 1957-63;
- chefe de departamento, Sterling, 1957-62;
- professor de Ciência Política, Sterling, 1963-;
- palestrante no Chile, 1967;
- membro do Center for the Advanced Study of the Behavioral Science, 1955-56 e 1967;
- membro do quadro de diretores da Universidade de Yale;
- consultor do U.S. Department of State e do State Government Reorganization Commission; e
- editor do Prentice-Hall Foundation of Modern Political Science Series.

c) Produção literária

- 1953 - Politics, Economics, and Welfare: Planning and Politico-Economic Systems Resolved into Basic Social Process; co-autoria com Charles E. Lindblom; University of Chicago Press;
- 1956 - A Preface to Democratic Theory, University of Chicago Press;
- 1958 - A Critique of the Ruling Elite Model, Bobbs-Merril;
- 1959 - Social Science Research on Business: Product and Potential; co-autoria com Mason Haire e Paul F. Lazarsfeld; Columbia University Press;
- 1959 - New Haven: Community Study of New Haven Voters in Regard to Local Politics; Dartmouth College;
- 1961 - Who Governs?: Democracy and Power in an American City; Yale University Press;
- 1961 - The Behavioral Approach in Political Science: Epitaph for a Monument to a Successful Protest; Fifth World Congress of the International Political Science, Paris;
- 1963 - **Modern Political Analysis**; Prentice-Hall;
- 1966 - Political Oppositions in Western Democracies; Yale University Press;

- 1966 - The evaluation of Political Systems; Convention of the American Political Association;
- 1967 - Pluralist Democracy in the United States: Conflict and Consent; Rand McNally;
- 1968 - Readings in Modern Political Analysis; compilador com Deane E. Neubauer; Prentice-Hall;
- 1970 - After the Revolution?: Authority in a Good Society; Yale University Press;
- 1971 - The New Haven Community Study; edição revisada do obra de 1959, em co-autoria com Willian Flanigan; Inter-University Consortium for Political Research;
- 1971 - Poliarchy: Participation and Opposition; Rand McNally;
- 1971 - Regimes and Opposition; Rand McNally;
- 1973 - Size and Democracy; co-autoria com Edward R. Tufte; Stanford University Press;
- 1982 - Dilemmas of Pluralistic Democracy: Autonomy vs. Control; Yale University Press;
- 1985 - A Preface to Economic Democracy; University of California Press;
- 1986 - Democracy, Liberty and Equality; Oxford University Press;
- 1989 - Democracy and Its Critics; Yale University Press.

d) Edições da obra "Modern Political Analysis"

- Primeira edição, nos EUA, em 1963; segunda em 1970;
- Tradução da primeira edição sob o título "A Moderna Análise Política" ; editado pela Lidador, em 1966 e 1970;
- Terceira edição, nos EUA, em 1976;
- Tradução da terceira edição sob o título "Análise Política Moderna" ; editado pela Universidade de Brasília, em 1981;
- Quarta edição, nos EUA, em 1984.

Existem sensíveis alterações entre a primeira e a terceira edição da obra de Robert Dahl, pois essa traz revisões e importantes acréscimos. A tradução da terceira edição deixa a desejar, em alguns pontos, em relação ao original, notando-se supressões de textos e acréscimos de exemplos, sem a devida notificação de autoria do tradutor.

De acordo com os arquivos da Biblioteca da Escola de Guerra Naval, a primeira edição foi motivo de trabalho de Leitura e Exposição (Lex) no Curso de Comando e Estado-Maior de 1978 e de Ensaio no Curso de Política e Estratégia Marítimas de 1984. A terceira edição foi motivo de Ensaio no Curso de Política e Estratégia Marítimas de 1990.

FONTE: Contemporary Authors (17:81)
Obras citadas na Bibliografia (1,2,8 a 14 e 19)

ANEXO B

AS QUESTÕES POLÍTICAS FUNDAMENTAIS

ORIENTAÇÃO ANALÍTICA	QUESTÃO FUNDAMENTAL
Semântica	Qual o papel do poder e da influência nos sistemas políticos?
Empírica	Que têm em comum os sistemas políticos e em que diferem uns dos outros?
Empírica	Quais são as condições que levam à estabilidade, à mudança ou à revolução em diferentes sistemas políticos? Que é necessário para que se mantenha a paz e se evite a violência? Quais são os pré-requisitos para uma democracia estável?
Empírica	De que forma os homens se comportam politicamente? Quais são as características distintas do "Homo politicus"?
Normativa	Qual o melhor tipo de sistema político? Como é possível avaliar diferentes sistemas políticos?
Das políticas	Como podemos agir com sabedoria no meio da grande incerteza que parece caracterizar a vida política?

FONTE: Modern Political Analysis (12:23-4).

ANEXO C

O CONCEITO DE POLIARQUIA

a) Condições definidoras

A poliarquia é definida como um sistema político onde predominam as seguintes condições:

- durante o estágio eleitoral, período pré-votação:
 - * qualquer um pode inserir opções entre aquelas a serem apresentadas à votação;
 - * todos os indivíduos têm as mesmas informações sobre as opções a serem votadas;
- durante o estágio eleitoral, período de votação:
 - * todos votam;
 - * todos os votos têm o mesmo peso;
 - * a opção mais votada é a declarada vencedora;
- durante o estágio eleitoral, período pós-votação:
 - * as opções com o maior número de votos substituem as que receberam menos;
 - * as ordens dos eleitos são cumpridas;
- durante o estágio entre eleições:
 - * as decisões se subordinam àquelas tomadas durante o estágio eleitoral; e/ou
 - * novas decisões se subordinam às condições estabelecidas para o estágio eleitoral, embora operando sob circunstâncias institucionais muito diferentes.

b) Possível classificação

As condições acima apontadas são consideradas como indicando certos atos cujas frequências podem, em princípio, serem determinadas e, após convertidas em probabilidades, ordenadas ao longo de uma escala de 0 a 1. Dentro desse critério, adotar-se-ia a seguinte classificação:

Condições definidoras (valor)	Sistema político (tipo)
todas acima/igual a 0,75	poliarquia igualitária
algumas abaixo de 0,75	poliarquia não-igualit.
todas acima/igual a 0,50	poliarquia
pelo menos uma acima e uma abaixo de 0,50	corpos políticos mistos
todas abaixo de 0,50	hierarquia
algumas acima de 0,25	hierarquia oligárquica
todas abaixo de 0,25	hierarquia ditatorial

FONTE: Um Prefácio à Teoria Democrática (14:67-88)

ANEXO D

INFLUÊNCIA POLÍTICA NA POLIARQUIA E NA HEGEMONIA

a) Em termos de persuasão e coerção

Poliarquia

- líderes políticos usam mais a persuasão que a coerção; certas formas de coerção são excluídas ou minimizadas;
- tentativas de forçar a maioria estão fadadas ao insucesso, pois essa pode votar de acordo com suas preferências;
- políticos raramente apóiam leis dirigidas contra a maioria;
- um instrumental de coerção, para ser eficaz, exigirá sistema policial centralizado e disciplinado, polícia secreta, poder judiciário simpático, estabelecimento militar e burocrático prontos à obediência, bem como leis, doutrina constitucional e práticas que permitam o emprego da força.

Hegemonia

- líderes políticos usam mais a coerção do que a persuasão; o exercício da coerção é mais fácil;
- risco em grau mais elevado de pessoas serem prejudicadas por decisões governamentais, posto não participarem das mesmas;
- o instrumental de coerção é uma tentação para líderes inescrupulosos e um perigo permanente para a oposição.

b) Em termos de autonomia e controle

Poliarquia

- indivíduos e subsistemas são mais autônomos;
- direitos de participar no governo e de opor-se a ele exigem que o Estado tolere e proteja a autonomia dos indivíduos e organizações;
- proliferam as organizações como grupos de pressão, partidos políticos e sindicatos;
- as organizações procuram influenciar o Governo ou são mobilizadas quando de interesse dos membros.

Hegemonia

- o desenvolvimento da autonomia ameaça a natureza do regime e o poder dos líderes;
- as organizações são mantidas sob controle governamental;
- indivíduos e organizações participam de um sistema abrangente de contrastes hierárquicos.

c) Em termos de controle recíproco e unilateral

Poliarquia

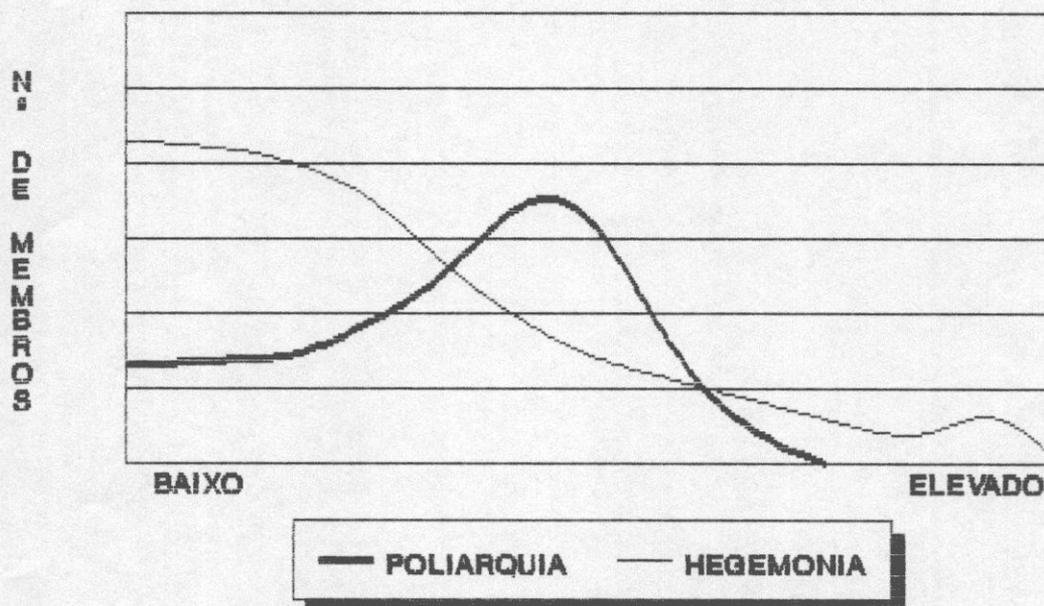
- a liderança política se inclina mais a participar de redes de influência recíproca;
- as políticas governamentais tendem a ser objeto de negociação.

Hegemonia

- a influência dos líderes é mais unilateral;
- as políticas tendem a ser elaboradas mediante a hierarquia e o comando.

d) Em termos de participação dos membros do sistema político

MONTANTE DE INFLUÊNCIA POLÍTICA



FONTE: Modern Political Analysis (12:83-5)
A Moderna Análise Política (13:58)

ANEXO E

CONFLITOS POLÍTICOS NA POLIARQUIA E NA HEGEMONIA

Poliarquia

- a forma característica de tratar os conflitos é a conciliação pacífica;
- mais sujeita ao conflito; há um nível elevado de conflito político explícito;
- embora freqüente, o conflito apresenta níveis reduzidos de intensidade;
- os conflitos terminam tipicamente por negociação;
- o uso da força, mesmo que moderado, parece agir como estimulante de distúrbios internos;
- a probabilidade favorece extremamente a estabilidade política nos regimes constantemente permissivos.

Hegemonia

- o método característico de solução de conflitos é a violência;
- o conflito aberto tende a ser menos comum porém mais intenso e violento;
- os conflitos terminam tipicamente pela coerção;
- o efeito pacificador da coerção parece só se fazer sentir nos regimes extremamente coercitivos;
- os regimes que recorrem à força, especialmente se a usam de forma inconsistente, devem esperar a instabilidade política.

FONTE: Modern Political Analysis (12:85-7)

ANEXO F

O NEGOCIADOR E O AGITADOR

NEGOCIADOR	AGITADOR
- homem do compromisso	- homem dos princípios
- reage contra a intransigência do agitador	- critica a conduta sem princípios do negociador
- quer saber qual é a opinião pública e não qual a que deve ser	- quer saber qual é a opinião pública visando alterá-la para o que julga deva ser
- tenta somente responder à opinião pública	- tenta fazer a opinião pública responder a ele
- por aceitar a opinião pública como um dado, é o instrumento das maiorias correntes	- por aceitar a opinião pública como algo passível de mudanças, ajuda a criar futuras maiorias
- se desajustado no tempo, acompanhará opiniões que levarão ao desastre	- se desajustado no tempo, será ignorado hoje e esquecido amanhã
- sua atuação aumenta as chances de solução pacífica dos conflitos políticos	- sua atuação contribui para que não se esqueçam opções e grupos, podendo levar a soluções melhores

FONTE: Modern Political Analysis (12:122-7)

BIBLIOGRAFIA

1. AMARAL, Manoel Rodrigues de. A moderna análise política: resumo. Rio de Janeiro, EGN, 1978. Relatório (Lex) apresentado no Curso de Comando e Estado-Maior.
2. BENEVIDES, José Correa de Sá. A análise política moderna de Robert A. Dahl. Rio de Janeiro, EGN, 1984. Ensaio apresentado no Curso de Política e Estratégia Marítimas.
3. BRASIL. Escola de Guerra Naval. FI - Manual básico de redação: guia para elaboração de ensaios. Rio de Janeiro, 1991.
4. ----. FI-219 - Guia para a elaboração de referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1981.
5. CARNEY, Martin. O Estado e o pensamento político norteamericano. In: ---- Estado e Teoria Política. 3. ed. Campinas, Papirus, 1990. cap. 1.
6. CHATELET, François & PISIER-KOUCHNER, Evelyne. As concepções políticas do Século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
7. CHRISTENSON, Reo M. et alii. Ideologias & Política Moderna. São Paulo, IBRASA, 1974.
8. DAHL, Robert A. Análise Política Moderna. Brasília, Universidade de Brasília, 1981.
9. ----. The Behavioral Approach in Political Science: Epitaph for a Monument to a Successful Protest. In: GUILD, Nelson P. & PALMER, Kenneth T. Introduction to Politics: Essays and Readings. New York, John Wiley & Sons, 1968. sec. V cap. 13.
10. ----. The distribution of Political Resources: New Haven, Connecticut. In: GUILD, Nelson P. & PALMER Kenneth T. Introduction to Politics: Essays and Readings. New York, John Wiley & Sons, 1968. sec. II cap. 1A.
11. ----. The Evaluation of Political Systems. In: POOL, Ithiel de Sola. ed. Contemporary Political Science: toward empirical theory. New York, McGraw Hill, 1967. cap. 6.
12. ----. Modern Political Analysis. 3.ed. rev. aum. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1976.
13. ----. A moderna análise política. 2.ed. Rio de Janeiro, Lidador, 1970.

14. DAHL, Robert A. Um Prefácio à Teoria Democrática. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.
15. GROTH, Alexander J. Comparative Politics: a distributive approach. New York, Macmillan, 1971.
16. GUILD, Nelson P. & PALMER, Kenneth T. How do we study politics? In: ---- Introduction to Politics: Essays and Readings. New York, John Wiley & Sons, 1968. sec. V.
17. LESNIAK, James G., ed. Dahl, Robert A(lan) 1915-. In: ---- Contemporary Authors. Detroit, Gale Research, 1990. New Revision Series vol. 30 p. 81.
18. MILIBAND, Ralph. The State in Capitalist Society. London, Camelot, 1969.
19. SILVA, Sergio Silvan Brasileiro da. A análise política moderna de Robert A. Dahl. Rio de Janeiro, EGN, 1990. Ensaio apresentado no Curso de Política e Estratégia Marítimas.
20. POOL, Ithiel de Sola. Foreword. In: ---- Contemporary Political Science: toward empiric theory. New York, McGraw-Hill, 1967. int.

Leal, Jose Antonio de Castro

A analise politica moderna de
Robert Alan Dahl

6-D-60

DEVOLVER NOME LEIT. (3462/93)

08 JUL 1994

20 MAI 1995

Alcione Ce
ce(24) VA Z W

Leal, Jose Antonio de Castro

A analise politica moderna de
Robert Alan Dahl

6-D-60

(3462/93)

Leal, Jose Antonio de Castro

A analise politica moderna de
Robert Alan Dahl

6-D-60

DEVOLVER NOME LEIT. (3462/93)

08 JUL 1994

Alcrome, ce

20 MAI 1995

cel (24) VA Z Wey